

O amável "não" do Comitê Interino ao Terceiro Mundo

O presidente do Comitê Interino do FMI, o ministro da Fazenda da Holanda, Onno Ruding, disse ontem que, ao contrário do que acontecia no passado, os 22 países que compõem o Comitê não tiveram dificuldades em elaborar o documento final da reunião, o que indica que houve um grande consenso entre os participantes e que, as divergências foram facilmente resolvidas.

Quando se sabe que o ministro holandês é candidato à sucessão do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, tem-se a impressão de que quer aparecer aos olhos dos que decidirão a escolha como um elemento moderador que sabe aplinar as dificuldades. Mas talvez o tédio da reunião do Comitê Interino tenha sua origem em outro fator: todos estão pensando que o FMI não tem mais nada a oferecer para enfrentar os graves problemas que enfrentam a economia mundial e os países endividados em particular.

Em 1982, o FMI era a grande esperança e pensava-se que poderia preencher um grande papel catalisador. Hoje é totalmente dependente da boa vontade dos bancos comerciais, que não mostram um grande entusiasmo em atender aos pedidos do FMI e do Banco Mundial sem nenhum respaldo dos governos, que se recusam a considerar que não haverá decisões sobre os problemas da dívida sem uma decisão política.

A desilusão podia ser vista na fisionomia do diretor-gerente do FMI, que deixa 18 meses mais cedo que o previsto seu posto, sabendo que não poderá descobrir uma solução duradoura para os países endividados e que a imagem da instituição se está desgastando, quando se verifica que neste ano o Fundo, com suas exigências nem sempre bem entendidas, recebeu mais nos últimos meses dos países endividados de que emprestou a eles.

A tranquilidade aparente quanto à evolução dos países industrializados transfere-se para a situação dos países em desenvolvimento com uma audácia que não se justifica. O otimismo dos países industrializados apóia-se na idéia de que 1987 será melhor, pois o efeito da desvalorização do dólar somente no próximo ano surtirá todos seus benefícios. O desequilíbrio nas contas correntes do balanço de pagamentos será menor entre os grandes.

A recusa do Japão e da Alemanha Oci-

dental de reduzir suas taxas de juros para dar um maior impulso à economia mundial parece ter sido aceita sem drama, apesar da vontade dos Estados Unidos de continuar sua ofensiva neste sentido. Como explicava um banqueiro alemão, para permitir um crescimento de 1% do PIB norte-americano, a Alemanha deveria ter um crescimento suplementar de 6%, o que é um objetivo totalmente fora de propósito.

Para os países industrializados, a solução aos problemas atuais deve estar na elaboração de indicadores econômicos, que permitiriam detectar sinais negativos, mostrar as incompatibilidades entre a política de um país e a dos outros e, com base nesses sinais de alarma, estudar as medidas a serem tomadas. "A discussão sobre os indicadores econômicos — disse o presidente do Comitê Interino — foi um dos assuntos mais interessantes de nosso encontro".

Quando existia um vento de renovação no FMI, como na reunião anual de Nairóbi, em 1973, alguns dias antes da primeira crise do petróleo, já se falava nesses indicadores, mas ligados a um certo automatismo quanto à suas consequências sobre a evolução da política internacional no plano econômico. Hoje parece que será apenas um exercício para avaliar a perspicácia dos economistas do FMI que, todavia, para este exercício, tiveram de rever suas previsões profundamente, seis meses depois de terem apresentado um prognóstico muito mais otimista. Agora o otimismo é para o ano que vem.

É nesta base que se oferecem novas perspectivas aos países em desenvolvimento: a economia dos países industrializados estará melhor, pois se abrem novas oportunidades de um aumento das exportações para os países endividados. Os autores do comunicado do Comitê Interino parecem ter lido com óculos diferentes as previsões sobre a evolução da economia mundial e ter feito apenas uma leitura dinâmica do comunicado do "Grupo dos 24". Apesar da redução das taxas de juros no mercado internacional, que se reconhece serem ainda muito altas em valor real, a situação do balanço de pagamentos dos países endividados deteriorou-se sob o impacto de transferência de recursos reais para os países ricos e de uma queda violenta do preço do petróleo e das matérias-primas. Os que mais se aproveitaram disso foram os países industrializados.

Um Amável "Não"

O "Grupo dos 24" havia apresentado uma série de reivindicações, entre as quais uma ação política para reduzir as taxas de juros, para estabelecer um sistema de compensação entre as taxas nominais e as taxas ideais através da constituição de uma facilidade especial no FMI, uma emissão para o ano que vem de direitos especiais de saque num montante mínimo de 25 bilhões de DES, uma distribuição mais equitativa dessa emissão em favor do desenvolvimento, um novo aumento dos mecanismos ampliados do Fundo.

Algumas dessas sugestões nem chegaram a ser citadas no comunicado do Comitê Interino e, para as outras, tivemos apenas um amável "não". Não se pensa ainda numa nova emissão de DES, e a única concessão foi de manter ainda por um ano, e a título muito provisório, o nível atual (menor do que em 1982) da facilidade ampliada. Ninguém está pensando também em rever os critérios de condicionalidade do FMI.

Apenas se considerou que a solução que poderia ser dada no caso do México poderá mostrar que estamos caminhando numa direção certa, para resolver o problema dos países endividados. Mas quando se falava disso, o diretor-gerente do FMI reconhecia que apenas tinha uma esperança de que o *deadline* de 29 de setembro seria respeitado, já que foi a condição da diretoria do Fundo e que teria um acordo no fim da tarde (a menos que os ponteiros dos relógios estejam atrasados, como se verifica nas reuniões da Comunidade Econômica Européia).

Entende-se a decepção dos países endividados que temem ainda mais que ao sr. Jacques de Larosière suceda um diretor-gerente mais ortodoxo. Talvez seria necessário um novo malogro mais profundo com o México para se tomar consciência de que sem a intervenção direta dos governos dos países ricos, não se terá solução para a recuperação dos países endividados, recuperação possível, com a adoção de um programa semelhante ao Plano Marshall, que foi a salvação econômica do Ocidente depois da Segunda Guerra Mundial.

Robert Appy,
de Washington.